



ARTIGOS – ARTICLES

“Ao muito alto e excelente senhor...”: um estudo sobre as dedicatórias quinhentistas

Saulo Vinicius Souza Barbosa¹

Fundação Cultural Cidade de Aracaju
saulo.vincius93@gmail.com

Como citar este artigo: BARBOSA, S. V. S. “Ao muito alto e excelente senhor...”: um estudo sobre as dedicatórias quinhentistas, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº17, pp. 138-168. 2024. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A partir de dedicatórias de livros impressos, este artigo estuda as relações entre intelectuais e nobres na república das letras europeia do século XVI. Tem como base trinta e duas dedicatórias oriundas de obras publicadas entre 1531 e 1598. O exame do material revelou os seguintes resultados: a) as dedicatórias são parte de uma instituição social do século XVI, o patronato literário; b) essa instituição tem como centro uma troca de homenagem, prestada pelo intelectual, por proteção, retribuída pelo nobre. A interpretação dessas constatações levou a concluir que a prática da dedicatória de livros foi tanto um dispositivo reforçador do status dos nobres quanto uma estratégia de ascensão na carreira dos intelectuais. Tudo isso mostra que a dedicatória quinhentista é um documento privilegiado para a história social das ideias e dos intelectuais no *Cinquecento*.

Palavras-chave: Patronato. Intelectuais. Europa. Século XVI. Dedicatórias.

*“To the very high and excellent lord...”:
a study about sixteenth century dedications*

Abstract: Based on printed books' dedications, this paper studies the relations between intellectuals and nobles in the sixteenth-century European Republic of Letters. It is based on thirty-two dedications from works published between 1531 and 1598. The analysis of the material revealed the following results: a) the

¹ Saulo Barbosa é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe com período sanduíche realizado na *Scuola Normale Superiore* (Itália). É, ainda, mestre em Sociologia e graduado em História pela mesma instituição. Atualmente, atua como historiador na Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2290193221775378>

dedications are part of a 16th century social institution, the literary patronage; b) this institution has at its core an exchange of homage, given by the intellectual, for protection, retributed by the nobleman. The interpretation of these findings led to conclude that the practice of dedicating books was both a device to reinforce the status of the nobles and a strategy for intellectuals to ascend in their careers. All this shows that the sixteenth-century dedication is a privileged document for the social history of ideas and intellectuals in the *Cinquecento*.

Keywords: Patronage. Intellectuals. Europe. Sixteenth century. Dedications.

Introdução: a dedicatória quinhentista para além do texto

*“As dedicatórias fazem amigos
e protetores elevados”
Ernest Renan*

Durante o século XVI, a vida dos intelectuais (ou, ao menos, uma parte importante dela) gravitava em torno de pessoas poderosas, como membros da realeza, da nobreza ou mesmo da ascendente burguesia urbana. Diferentemente do que ocorre nos dias de hoje, nos quais universidades, laboratórios, jornais, revistas e editoras são os âmbitos por excelência de cientistas, intelectuais e escritores em geral, na aurora da modernidade, parcela considerável desses intelectuais dependiam de patrocinadores que lhes garantissem as condições materiais necessárias à existência e ao exercício do ofício. Neste artigo, examino essa relação a partir de uma fonte pouco usual: as dedicatórias de livros.

Diferente das congêneres contemporâneas, que tendem aludir a um sentido mais afetivo e pessoal, as dedicatórias escritas por intelectuais² do século XVI, como mostrarei, encarnavam uma homenagem e, ao mesmo tempo, endereçavam um pedido de proteção ao seu dedicatário, quase sempre a alguém poderoso ou influente, leia-se: um membro da elite. Argumento que o que está por traz desses “meros” textos é uma relação de troca, tanto simbólica quanto

² Apoiando-se em Peter Burke, o intelectual nesse trabalho será entendido simplesmente como letrado, ou seja, o membro de um grupo social que se considera e é considerado uma pessoa das letras ou do saber. A comunidade da qual faziam parte esses homens será chamada aqui de república das letras, como eles mesmos já faziam no século XVI (BURKE, 2003).

material, entre grupos socialmente assimétricos. Afinal, “as dedicatórias fazem amigos e protetores elevados” (RENAN Apud. ASSIS, 2006, p. 117). Dessa forma, busco explicitar as relações entre os textos e seus contextos, fazendo vir à tona seus sentidos coevos. Além disso, busco indiciar as possíveis origens dos valores que permeiam tais trocas.

A intenção é apresentar a dedicatória quinhentista enquanto gênero textual e histórico que pode ser muito útil como uma fonte para história social dos intelectuais no *Cinquecento*. Com isso, quero mostrar que, para além de um simples texto, a dedicatória quinhentista é parte de uma instituição social propriamente dita. Esta última é entendida como “um conjunto de valores, normas (e) costumes” que regula e define duradouramente “as relações sociais e os comportamentos recíprocos de um determinado grupo de indivíduos cuja atividade está voltada para conseguir um fim socialmente relevante”. Nesse entendimento, as instituições possuem eficiência variada e agem independentemente da identidade dos indivíduos (GALLINO, 2005, p. 375). Essa noção deve, ainda, ser compreendida de forma abrangente, abarcando, além de instituições tradicionais como o Estado, a Família, a Língua, também as práticas morais e culturais (EDGAR & SEDGWICK, 2003). Por fim, lembro que “tal como a maioria dos aspectos da vida social, instituições são experimentadas como externas aos indivíduos que dela participam” e ultrapassam a vida destes (JHONSON, 1997, p. 130-131). O patronato literário, como revelará a análise das dedicatórias, era a instituição social que balizava parte importante da atividade intelectual no contexto em tela.

Como referido, estudos sobre dedicatórias de livros do século XVI não são muito usuais. Essa escassez de trabalhos ocorre não tanto por desconhecimento, uma vez que elas abrem de forma ostentatória diversas publicações originárias dessa época. Valerie Schutte (2015, p. 1-5) sugere que as dedicatórias têm sido “puladas” (*skipped over*) em favor do estudo do corpo textual em si e só muito recentemente passaram a ser objetos da história social e cultural.

A título de ilustração, em uma busca no Google Acadêmico³, localizei apenas quatro publicações. Todas elas de pesquisadores europeus. A primeira é uma coletânea de trabalhos que tematizam dedicatórias e motetos em publicações neolatinas do século XVI, no contexto franco-flamenco (BOSSUYT et al, 2008). Aqui, parte-se de uma perspectiva interdisciplinar entre a musicologia e os estudos literários. Não obstante, esses trabalhos já apontam para os potenciais desse material no campo da história social da música e da literatura. Outros dois artigos seguem na linha dos estudos literários, mas com algum toque de história social. Um deles historiciza brevemente as epístolas dedicatórias: do surgimento dessa prática textual na Antiguidade Clássica até seu apogeu no século XVI e, então, de seu ocaso gradual (VERBEKE, 2011). O outro analisa as dedicatórias em hagiografias portuguesas (séc. XVI e XVIII) e focaliza as leituras e práticas devotas que atravessam as dedicatórias bem como as relações entre autores, ordens religiosas e pessoas influentes que nelas afloram (MENDES, 2012). Finalmente, o estimulante e revelador livro da já mencionada historiadora Valerie Schute (2015). Ela estuda as dedicatórias destinadas às mulheres da realeza Tudor na Inglaterra quinhentista, em especial aquelas dedicadas a rainha Maria I. Schute mostra que as dedicatórias eram arenas onde se negociava patronagem, política, religião e papéis de gênero. Somando-se a esse grupo, esse trabalho advoga pelo valor heurístico das dedicatórias para a história social e cultural, em especial a das ideias e dos intelectuais.

Para tanto, este estudo tem como base trinta e duas dedicatórias⁴ extraídas de livros publicados na Europa do século XVI, entre 1531 e 1598. As dedicatórias foram selecionadas com base em sua tipicidade e valor heurístico. Ainda que não sejam representativas, no sentido estatístico, do contexto europeu em tela, a diversidade de procedência geográfica indica sua difusão. Dessas obras, dez são originárias da Itália e outras dez de Portugal. Da Espanha procedem seis títulos e da França outros seis.

³ As buscas foram realizadas pelos termos “dedicatórias do século XVI”, em português e em inglês. Foram considerados apenas trabalhos cujo objeto ou fonte principais são as dedicatórias. Tal busca não se pretende exaustiva, mas creio serem suficientes em indicar o relativamente baixo interesse nesse tipo de fonte.

⁴ A lista das obras cujas dedicatórias examinamos encontra-se no final do artigo.

Essas publicações possuem natureza diversificada. Vão de narrativas de viagem a livros de orações e hagiografia; de obras historiográficas a tratados filosóficos e traduções⁵, além de manuais diversos – de ciências, de navegação, de xadrez e até de comportamento feminino. Os autores desses livros também são figuras variadas. Há humanistas, sacerdotes, bacharéis, navegadores, cosmógrafos e até um enxadrista. Entre eles, vemos nomes consagrados nos dias de hoje e que são quase sinônimos do período, como Giordano Bruno e Nicolau Maquiavel. Entretanto. Predominam, contudo, personagens desconhecidos à maioria das pessoas de nosso século. O que tudo isso insinua, a meu ver, é como a dedicatória quinhentista atravessa a república das letras europeia independente do filão literário, área do conhecimento e status do autor.

Como inspiração teórica e metodológica, a pesquisa toma a História Cultural nos moldes de Robert Darnton (1984) e a História Social do Conhecimento praticada por Peter Burke (2003). Assim, entendo que o historiador deve abordar o passado da mesma maneira que o antropólogo lida com as culturas ditas exóticas: captando a diferença entre os significados do passado e do presente. Além disso, deve-se abordar a história das ideias a partir do seu contexto social, reinserindo-as em práticas, relações e instituições.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende responder as seguintes perguntas: quais são os traços típicos de uma dedicatória quinhentista? Em que tipo de práticas e instituições sociais ela se inseria? Que bens envolvem a troca que elas sugerem? Que tipo de valores e ideias fundamentam essa relação? Qual a fonte ou origem desses valores?

“Ao muito alto e excelente senhor...”: as dedicatórias quinhentistas enquanto gênero textual e sua genealogia

As dedicatórias quinhentistas, como dito, integravam uma instituição social mais ampla. No entanto, antes de tratarmos das tramas sociais que as envolviam, demarquemos melhor nosso objeto empírico a partir de uma caracterização formal e genealógica. Em suma, o que faz das dedicatórias

⁵ Nesses casos, a dedicatória era escrita pelo tradutor. Essas dedicatórias foram igualmente consideradas.

quinhentista algo tão peculiar em relação a suas “irmãs” contemporâneas? Vejamos melhor as suas características típicas⁶.

No plano da forma, a primeira coisa que salta aos olhos numa dedicatória do séc. XVI é o seu formato epistolar. Geralmente ela era uma carta endereçada a um membro da elite a quem o autor pretendia homenagear. Enquanto uma dedicatória dos dias de hoje é extremamente sintética e alusiva, no século XVI elas podiam facilmente atingir três laudas, como é o caso de muitas presente em nosso *corpus*. Um exemplo famoso é a carta de Nicolau Maquiavel (2006 [1532], p. 40-41) “ao Magnifico Lorenzo de Médici”. Menos famosa é a do missionário francês de Jean de Léry (2007 [1578], p. 31-33), já na segunda metade do século, ao “ilustre e poderoso senhor conde Francisco de Coligny” e que traz do mesmo modo a mesma estrutura que foi encontrada na quase totalidade dos textos consultados. Qual seja: abertura com a indicação do dedicatário e seus títulos, em tom superlativo: ao magnífico senhor, ao poderosíssimo rei ou à poderosíssima rainha, ao muito alto e excelente senhor, dentre outras fórmulas símiles. Em seguida, procedia-se à exposição dos motivos pelos quais a obra foi escrita e contexto de sua produção. Depois, arrolava-se as razões da homenagem sem economizar nos adjetivos. Então, apelava-se para que a obra fosse aceita, enfatizando especialmente a grandeza do homenageado e a humildade da oferta. Por fim, vinha o término com uma fórmula típica de cortesia, muitas das quais reforçavam a assimetria e a hierarquia entre dedicador e dedicatário. Normalmente variantes das seguintes frases, independente da língua: “que Deus vos conserve e aumente os dias”; “seu muito humilde e afetuoso servidor” e “não reparar o tamanho das coisas que se oferecem, mas o ânimo de quem as oferece”.

Quanto ao conteúdo, vemos que as dedicatórias do dezesseis possuem um tom apologético: fazia-se questão de exaltar as qualidades do destinatário. Também era comum, nesse gênero textual, apresentar a obra como um presente do autor para o nobre a quem estava endereçada. Em casos extremos,

⁶ Optou-se, no que se refere as fontes primárias examinadas neste artigo, por apenas listá-las no final do texto. As dedicatórias, situam-se no início das obras e são, portanto, de fácil localização. Por isso, por questão economia, optou-se por não citar minuciosamente as páginas destes documentos, exceto quando for estritamente necessário.

apresentava-se a obra não como algo escrito para todo mundo ler, mas somente para proveito de seu dedicatário. Novamente, *O príncipe* de Maquiavel é exemplar. O contraste entre a indignidade da obra e a grandeza do fidalgo era outra moeda corrente nesse tipo de texto. Apelava-se, então, à bondade e à paciência do senhor ou senhora para que ele aceitasse o humilde presente que, apesar de seus defeitos, era apresentado como o melhor que o autor tinha a oferecer. Outro traço da dedicatória quinhentista é o contraste moral entre o autor e o endereçado na dedicatória: louva-se as virtudes desse último ao passo que aponta os vícios do primeiro. Finalmente, a ênfase na assimetria social entre esses dois personagens também é recorrente: de um lado o autor modesto, humilde, servil e complacente; do outro o nobre grandioso e poderoso, mas também bom e generoso, qualidades que, por motivos óbvios, não podiam deixar de ser apontados.

Em largos traços, esse é o modelo dos documentos que nas próximas linhas serão examinados. Obviamente, nem todas as dedicatórias seguem à risca esse modelo e variantes não são incomuns. Alguns textos são mais sutis e elegantes, outros mais exagerados e caricatos. Nesse sentido, a caracterização apresentada acima deve ser vista como um esforço em reunir os elementos essenciais do gênero estudado.

A dedicatória, de um modo geral, é um elemento paratextual. Isto é, ela faz parte do conjunto de elementos textuais e visuais que apresentam um texto ao seu público, tais como títulos, subtítulos, ilustrações, sumários, prefácios e posfácios, dentre outros. Os paratextos são quadros que não só interagem com o próprio texto como modulam seus significados. Portanto, são elementos fundamentais para a compreensão de uma obra (GENETTE, 1987; LEWIS, 2008). Senão, como leríamos o *Ulisses* de Joyce se ele não se intitulasse *Ulisses*?⁷ Igualmente as dedicatórias desempenham um papel sumário na modulação do sentido de um livro. Quanto não perderia *O Príncipe* de Maquiavel se não fosse dedicado a um estadista como Lorenzo de Médici?

Neste momento, é útil distinguir entre dois tipos de dedicatórias: as de exemplar (*dédicaces d'exemplaire*) e as de obra (*dédicaces d'œuvre*) (GENNETTE,

⁷ Esta pergunta foi colocada por Gérard Genette (1987), crítico literário francês que cunhou o conceito de paratexto.

1987, p. 110-133; VERBEKE, 2011, p. 269-270). As primeiras são dedicatórias constantes em um exemplar específico, geralmente feita a mão pelo autor ou qualquer pessoa portadora de uma cópia e se destinam a uma audiência privada. Já as segundas consistem no ato público de dedicar uma obra a alguém, independentemente da cópia. Dessa forma, endereça duas audiências: o dedicatário e qualquer eventual leitor. As dedicatórias tratadas aqui se enquadram nessa última categoria.

Essa prática tem suas origens na antiguidade greco-romana, a partir do século V a.C. O latinista Demmy Verbeke (2011) conta que ela surgiu do costume de anexar cartas em manuscritos enviados a familiares, amigos e possíveis patronos, resultando no nascimento de epístolas dedicatórias em separado que precedem o corpo textual. Por volta do séc. I a.C., tal prática se estabeleceu, sendo os trabalhos de Arquimedes (297-212 a.C.) os exemplos conhecidos mais antigos. O latinista reporta ainda que já aí elementos formais começaram a se desenvolver, três dos quais se farão presentes nas dedicatórias quinhentistas dezessete séculos depois: o formato epistolar, o tom humilde e modesto a respeito a de si mesmo e de sua obra, o relato da relação com o destinatário junto a considerações acerca da importância da obra para este último.

Além disso, as dedicatórias eram relacionadas com certos gêneros textuais e poderiam ser destinadas a dedicatários coletivos, como grupos, famílias, instituições. A lógica era dedicar obras de interesse restritivo a pessoas que provavelmente teriam interesse nelas, como revela este trecho escrito pelo filósofo grego Onasandro por volta do ano 59: “convém dedicar monografias sobre equitação, caça, pesca ou agricultura a homens que se dedicam a essas atividades” (apud. VERBEKE, 2011, p. 271). Obras de interesse geral, ainda conforme Verbeke, não eram consideradas apropriadas para dedicatórias. Por exemplo, os gêneros narrativos como o teatro e o épico.

Outra importante característica relacionada as dedicatórias também têm origem na antiguidade clássica: a relação com o patronato. Do século I em diante, as dedicatórias surgem em coleções de poesia. Com isso, elas vão se constituindo como meio de comunicação em um estabelecido sistema de patronato literário. A persistência desse sistema através da antiguidade tardia e

da idade média possibilitou tanto a continuidade das dedicatórias como levou ao enrijecimento de sua forma textual. Sobre isso, um historiador afirmou que, no medievo, “nada é mais como uma dedicatória do que outra dedicatória” (apud. VERBEKE, 2011, p. 271).

A segunda metade do século XV vê um processo de difusão e diversificação de dedicatórias. Isso está relacionado a dois processos: a invenção da prensa de impressão, por Gutemberg, e sua difusão na Europa; o aumento significativo na produção e distribuição de livros daí decorrente (BURKE, 2003; VERBEKE, 2011). Verbeke aponta o papel chave que os humanistas então exerceram na difusão das dedicatórias na medida em que passaram a utilizar a prensa para divulgar seus textos na forma de incunábulo⁸. É dessa forma que, durante o século XVI, a dedicatória “se estabelece como uma parte essencial do livro impresso”, a ponto de contemporâneos considerarem este último “incompleto” no caso de ausência da primeira (VERBEKE, 2011, p. 271).

As dedicatórias no contexto do patronato literário do *Cinquecento*: ofertando elogios, recebendo obséquios, reforçando o *status*

“Por que pensa que havia tantos homens capazes no passado, a não ser porque eram bem tratados e honrados pelos príncipes?”
Filarete, *Tratado de arquitetura*

“Um príncipe deve mostrar-se amigo da habilidade, dando emprego a homens capazes e honrando aqueles que se destacam em um campo particular.”
Maquiavel, *O Príncipe*.

Voltemo-nos agora, com mais profundidade, ao papel social e cultural das dedicatórias. Como já sugerido, elas se inserem no âmbito de uma instituição social muito comum no âmbito da república das letras europeia do século XVI, para não dizer crucial a seu funcionamento: o patronato literário (BURKE, 2003, 2010a; CORVISISER, 1976; MOUSNIER, 1967; SILVA e SILVA, 2009). Intelectuais, de um lado, e nobres ou poderosos, do outro, são seus

⁸ Uma espécie de texto impresso cuja forma imitava a dos manuscritos.

protagonistas. O cerne dessa instituição é uma relação de troca de bens simbólicos por bens materiais. De um lado, o escritor oferece seus serviços literários e principalmente elogios e louvores para glória do seu senhor. Do outro, está o nobre, que retribui o escritor com proteção, sobretudo financeira e política. Em seu âmbito, podemos chamar de protegido aquele que oferece homenagens, e de patrono aquele que a retribui.

Outro traço da instituição aqui tratada é a hierarquia. É ela quem estrutura e define a relação entre patrono e protegido. Como vimos na caracterização textual das dedicatórias, elas deixam claro o lugar de quem manda e de quem é subalterno, demarcando constantemente a distância social existente entre o autor e seu patrono. É, também, devido a essa hierarquia que os autores iniciam sua epístola referindo-se ao poder, à importância, aos títulos e às possessões dos seus homenageados. Outra evidência do caráter hierárquico que permeia essa relação é o uso constante do pronome de tratamento “senhor”. Esse vocábulo aparece constantemente nos documentos que analisamos. Isso evidencia que os patronos não são meros benfeitores, mas pessoas que exercem poder sobre seus protegidos.

Por outro lado, o servilismo é outro aspecto da relação entre autores e nobres. Nas epístolas, os escritores se põem na condição de humildes criados de seus protetores. Isso fica bastante evidente na fórmula de término de algumas das dedicatórias, quando o autor, dirigindo-se ao benfeitor, define-se como “humilde e afetuoso servidor”. De modo mais sutil, esse servilismo aparece quando nossos autores afirmam que suas obras são presentes para seus patronos, feitas especialmente com o melhor de suas capacidades intelectuais.

A última característica dessa instituição é a lisonja, isto é, o enaltecimento exagerado dos poderosos. Esse, sem dúvida, é um componente que atravessa quase todos os documentos por nós analisados. Merecerá, por isso, um exame detalhado mais adiante. Em resumo, a dedicatória quinhentista evidencia uma instituição cujo principal traço é uma relação de troca assimétrica entre escritores e nobres. Nela, bens simbólicos são permutados por bens materiais.

Ofertando elogios

Através da dedicatória, o autor oferece ao seu patrono elogios de caráter hiperbólicos. Esses elogios podem ser divididos em cinco categorias de acordo com o objeto da homenagem. Primeiramente há os que enaltecem a personalidade do patrono. Em seguida, há as dedicatórias que aclamam a condição de nobre do protetor. Depois, temos os louvores aos seus feitos. A linhagem é objeto da próxima categoria. Finalmente, há aqueles que exaltam a religiosidade do protetor, esses chegam inclusive, em alguns casos, a retratá-lo como alguém escolhido por Deus. Embora separados para fins de análise, esses elogios quase sempre se combinam nas dedicatórias. Por exemplo, é comum a ocorrência de uma variante de elogio que consiste no elogio dos feitos dos familiares e antepassados. Trata-se de uma ‘mistura’ dos tipos direcionados à linhagem e os que se destinam aos feitos.

O elogio à personalidade enaltece o patrono quanto aos seus predicados pessoais. Esse tipo pode ser percebido nos adjetivos usados para qualificar a pessoa objeto da lisonja. Nos documentos aqui examinados, muitos são os exemplos dessa categoria. Podemos citar, novamente, o caso de Jean de Léry, na dedicatória de sua *Viagem a terra do Brasil*. Ele apresenta seu patrono, o conde Francisco de Coligny, como um homem benevolente, culto e portador de “natural bondade”. Outro exemplar é o elogio do humanista e historiador Damião de Góis ao soberano Dom Henrique de Portugal. Nele, o autor descreve seu patrono como “sereníssimo príncipe”. O enxadrista Ruy Lopez de Segura, por sua vez, louva o fidalgo espanhol e vice-rei da Catalunha, Don Garcia Toledo, enquanto um “tão sábio” senhor, de “generosa pessoa” e de “tantas e tão singulares virtudes”. Finalmente, André Thevet exalta a “extraordinária erudição, sabedoria e eloquência” de seu protetor, o cardeal Jean Bertrand. Cultos, sábios, benevolentes, bondosos... Na pena de um protegido, um patrono é sempre alguém dotado de qualidades excepcionais que o distingue dos homens comuns.

De modo semelhante, grande parte dos autores aqui tratados glorificam a condição superior dos seus protetores. Em outras palavras, eles exaltavam o próprio *status* e posição social daqueles a quem homenageavam. Os adjetivos

“ilustre”, “magnífico”, “excelente”, “alto” e “poderoso”, bem como seus usos no superlativo, abundam nos textos analisados nesse trabalho. Um exame etimológico e semântico dessas palavras mostra que elas participam de um mesmo campo de sentidos que denota distinção, superioridade, antiguidade, importância e poder. (AUGÉ, 1928; FARIA, 2003; SARAIVA, 2006; SILVA e MONTANGER, 2009; CUNHA, 2010; COROMINES, 2011).

Essas duas primeiras categorias de elogio, voltada as qualidades pessoais e a posição social, parecem estar relacionadas com a reprodução social do significado do que é ser nobre no contexto em tela. A próxima direciona às funções sociais ou atribuições dessa classe: trata-se da exaltação de seus feitos dos bem feitores. Basicamente, consiste na descrição grandiloquente das proezas realizadas pelo nobre. São objetos da exaltação dos autores que estamos estudando primordialmente as façanhas de guerra e o exercício do governo. Nota-se aqui a valorização do guerrear e administrar como ofícios próprios da nobreza.

Os feitos bélicos são as proezas militares realizadas pelo patrono, como vitórias em batalhas, conquista e defesa de territórios, expulsão de inimigos, dentre outros. Um caso significativo disso é o louvor feito ao fidalgo e chefe militar português D. Liones Pereira por Pero de Magalhães Gandavo, na famosa *História da província de Santa Cruz* (1576). Ao comentar sobre a atuação militar de D. Liones no oriente, dentre elas o cerco de Malaca em 1551, Gandavo alega que toda sua vida não é “bastante para satisfazer a menor parte dos seus louvores”. Outra recorrência dessa categoria de elogio é a dedicatória do sacerdote espanhol Juan Vásquez del Marmol ao conde e marquês Don Augustin Herrera e Rojas. Ela louva os feitos bélicos do homenageado evocando suas vitórias sobre os mouros, na costa da África, e sobre os piratas ingleses e franceses que “ousaram invadir seus domínios”. Além disso, dá especial ênfase aos “notáveis serviços” prestados “na conquista do Reino de Portugal”, quando Don Augustin “se apoderou da ilha da madeira” com sua própria “armada com trezentos vassalos”.

As dedicatórias que louvavam os feitos administrativos eram destinadas, em geral, aos chefes de estado ou às figuras centrais da administração de uma nação. É o caso da dedicatória de Martín Cortês ao rei Carlos I da Espanha.

Vejamos: “Em vossos felicíssimos tempos”, diz o autor, “Espanha se renovou - em toda as artes mecânicas se poliu e melhorou [e] floresceu nas letras”, os “edifícios”, acrescenta, “melhoraram e com tesouro foram enriquecidos”. De modo mais velado, esse tipo de louvor aparece também na já citada dedicatória do frade francês André Thevet, que vê em seu patrono a “principal figura na direção” da França. Vale ressaltar que Jean Bertrand, além de cardeal, era chanceler da França e membro do conselho do rei (THEVET, 1944).

O próximo objeto de elogios é a exaltação da estirpe. Esse tipo de homenagem se direciona ao círculo familiar imediato e a linhagem do patrono. Um exemplo típico é o caso do já mencionado missionário francês Jean de Léry que louva a memória do pai e elogia os irmãos do seu patrono. Segundo ele, Gaspar de Coligny, genitor de seu defensor, foi o principal responsável pela conquista de territórios americanos para o reino da França e, por isso, “não houve em toda a antiguidade um chefe francês e cristão que estendesse o reino de Jesus Cristo, rei dos reis e senhor dos senhores, e os limites de seu príncipe soberano a país tão longínquo”. Os irmãos do seu protetor são, no dizer de Léry, “ramos e frutos dignos do tronco de que saíram”, isto é, tão dignos quanto o pai.

A mesma coisa se observa na dedicatória endereçada a D. Augustin Herrera e Roja por Juan Vásquez del Marmol. Nela o autor enaltece a memória de Pero Fernandez de Saavedra, pai de seu patrono, e louva o “esclarecido sangue” das casas “Herrera, Rojas, Saavedra, Mendonça, Sarmiento, Peraça e Ayala”, das quais seu senhor descende. Outro espanhol, Ruy Lopez de Segura, enaltece a “grande linhagem” de seu patrono, Don Garcia Toledo. Por fim, Pero de Magalhães Gandavo fala do “nobilíssimo sangue” do seu senhor.

As homenagens a familiares como forma de louvar indiretamente os patronos podem ainda direcionar-se a antepassados famosos e de relevância, como faz o poeta Vasco Mousinho de Quevedo. Nesse caso, além da dedicatória, a própria obra, o poema *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel* (1597), ex-rainha de Portugal e posteriormente santificada, foi composta para Dom Álvaro de Lencastre em razão de sua descendência dessa celebre personagem. Esse tipo de homenagem ao que parece era do agrado dos senhores. O humanista Damião de Góis nos dá indícios dessa predileção da

nobreza. Na dedicatória da sua *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* (1566), ele revela que foi D. Henrique, príncipe infante e cardeal de Portugal, filho do falecido D. Emanuel, quem encomendou a obra.

Esse modo de enaltecer um personagem parece estar relacionado ao papel e valor atribuídos ao parentesco e à linhagem na sociedade daquele período. Entre os europeus medievais, e por extensão entre os europeus quinhentistas, a transmissão da nobreza, da linhagem e da herança se dava por meio do sangue. Esse sistema consanguíneo rege “o recrutamento de parentes, mas também a transmissão dos bens materiais e simbólicos”. Nele, o parentesco consanguíneo é transmitido num sistema cognático. “O reconhecimento da consanguinidade e transmissão [da linhagem] passam”, nesse contexto, “tanto pelos homens como pelas mulheres”. Isso promove uma integração entre os grupos, uma vez que “cada um [indivíduo] está ao mesmo tempo ligado à linhagem de seu pai e à de sua mãe”, sendo a parentela formada pelo “conjunto das pessoas que tem um parente em comum” (GUERREAU-JALABERT, 2006, p. 322–323)⁹.

Outro tipo de elogio recorrente no corpus desse estudo é aquele direcionado a devoção dos nobres. Num mundo quase exclusivamente cristão como a Europa quinhentista, a fé e a religiosidade são coisas dignas de louvor. Assim, quanto mais cristão e piedoso, mais digno é louvor. Esse aspecto certamente não poderia passar despercebido aos olhos dos escritores-louvadores aqui tratados. Dessa forma, o historiador João de Barros ressalta que seu homenageado e mecenas, o rei D. João III de Portugal (1502–1557), é um “cristianíssimo príncipe”. O equivalente francês dessa expressão (*trés chirstien roy*) é usado por André Thevet na dedicatória de sua *Cosmografia Universal* (1575) ao recém-coroadado rei Henrique III da França (1551–1589).

Em alguns casos extremados dessa categoria, alguns autores atribuíam aos seus patronos a eleição divina, sobretudo quando se tratava de monarcas, afinal estávamos da era do direito divino dos monarcas. A dedicatória da famosa *Gramática da língua portuguesa* (1539) é um caso típico desse fenômeno. Nela, João

⁹ Diferente do que ocorre nos sistemas segmentários, nos quais o parentesco é transmitido por apenas um dos sexos. Por exemplo, em algumas tribos da região do Xingú, no Mato Grosso, a consanguinidade é recebida somente do pai.

de Barros afirma que “Deus fez príncipe e rei em esperança” a Dom Felipe, então herdeiro do trono português. Pero Magalhães Gândavo, por sua vez, afirma que seu protetor foi favorecido por Deus com “larga mão” em suas batalhas.

Recebendo obséquios

Ao contrário dos elogios que os intelectuais fazem aos seus defensores, sempre tão explícitos e extravagantes, as benesses recebidas como compensação aparecem discretamente nas dedicatórias. Nelas, a natureza exata das dádivas é omitida. Em seu lugar, os autores usam o termo genérico “proteção” designando tudo aquilo que era proporcionado a eles por seus patronos. Como veremos, a contrapartida aos elogios era de ordem bem concreta.

Em suas homenagens, esses escritores frequentemente agradecem ou solicitam proteção dos seus senhores. É com base nessa proteção que eles justificam a escolha do destinatário desses textos. Assim fazendo, eles visam conservar ou obter esse benefício. Pode-se observar isso na carta do espanhol Ruy Lopez de Segura, na qual ele declara ao seu benfeitor que “debaixo de sua proteção estou certo de estar amparado”. O mesmo se vê na epístola do francês Jean de Léry, na qual ele agradece o acolhimento e a proteção recebidos do conde Coligny após um cerco à cidade de Sancerre, de cujo autor foi vítima. De modo idêntico, o frade André Thevet fala do acolhimento recebido de seu protetor após “retornar, enfadado e alquebrado, de tão longa viagem”. Até mesmo Nicolau Maquiavel, na dedicatória de sua *História de Florença* (1532) ao papa Médici, Clemente VII, revela que, para continuar a escrever a história florentina, necessita do favorecimento do sumo pontífice. O que significa essa proteção? O que motiva tamanho pudor em referir-se aos bens recebidos?

É provável que o termo “proteção” denote aos ouvidos dos contemporâneos dos autores precisamente que tipos de benefícios um patrono poderia proporcionar. Seria, então, o caso de considerar que talvez os escritores omitissem a natureza dessas benesses não apenas em razão da polidez, mas porque o significado do termo fosse tácito no contexto social da república das letras quinhentistas.

Quanto a isso, é reveladora uma crítica de Maquiavel¹⁰ a prática que estamos analisando. Na sua dedicatória dos célebres *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1531), endereçada aos políticos florentinos Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai, ele alega que “para não cair neste erro comum” de escolher um príncipe apenas porque este pudesse lhe “cumular de títulos, honrarias e riquezas”, escolheu alguém que, “não podendo fazê-lo”, tivesse ao menos a pretensão de lhe “prodigalizar tais vantagens”. No momento em que quebra o protocolo e censura o caráter interesseiro das dedicatórias, o historiador florentino torna visível o que é subjacente e fala diretamente sobre àquilo que outros escritores se referem de forma velada. Assim fazendo, ele nos mostra que, embora ele não tivesse expectativas de receber riquezas e posição social de seus homenageados, elas eram um pressuposto de quem dedicava uma obra a um poderoso. Em outras palavras, o que se pode concluir é que dedicar obras a patronos bem estabelecidos socialmente era uma estratégia de ascensão social e econômica na carreira intelectual.

Isso podia ocorrer mediante o que Peter Burke (2010a, p. 109) chamou de patronato de tipo doméstico¹¹: “um sistema onde um homem rico [ou um príncipe ou fidalgo] recebe um artista ou um escritor em sua casa durante alguns anos”. Durante esse tempo, o protegido goza de moradia, comida, presentes, que iam desde dinheiro e roupas até terras e cargos públicos. Esse sistema garantia estabilidade financeira ao protegido em troca de seus serviços intelectuais. É o que acontece com alguns dos intelectuais aqui estudados, como André Thevet, que foi cosmógrafo real da França e escreveu dedicatórias ao monarca então francês e a seu conselheiro real. Os historiadores portugueses, Damião de Góis e João de Barros, também foram beneficiados com cargos e

¹⁰ É irônico como Maquiavel critica as dedicatórias através de uma dedicatória. Além disso, ele é autor de outras duas dedicatórias que não fogem ao padrão de dedicatória aqui examinado e por ele próprio criticado, n’*O príncipe* e na *História de Florença*.

¹¹ Além do patronato doméstico, Burke (2010a) nos informa ainda que havia, na Europa quinhentista, outro modo pelo qual os escritores podiam ganhavam a vida. Trata-se de um sistema temporário denominado clientelismo. Nele o patrono, ou melhor, o cliente, encomendava ao artista ou literato um único trabalho com preço e características previamente estipulados. Ambos os sistemas possuíam vantagens e prejuízos. Se no patronato havia o benéfico da estabilidade financeira, havia, por outro lado, menos liberdade de criação devido a interferência e caprichos do patrono. Esse inconveniente não existia no clientelismo. Um escritor poderia rejeitar um trabalho caso este não o agradasse. Todavia, o preço dessa liberdade era a insegurança econômica.

títulos concedidos por D. João III de Portugal. Sabe-se também que Maquiavel exerceu a função de embaixador de Florença e foi favorecido largamente pelos Médici (MAQUIAVEL, 2008; SERRÃO, 1971a; SERRÃO, 1971b; THEVET, 1557). Servindo a chefes de estado, este seletivo grupo de autores provavelmente alcançou o posto mais alto do sistema de patronato. Lugar que a maioria sonhava em chegar, mas que somente uns poucos conseguiam.

De qualquer modo, aproximar-se dos poderosos era essencial a um intelectual quinhentista. Isso ocorria porque, diferentemente dos dias de hoje, para os intelectuais do século XVI, a possibilidade de viver exclusivamente de sua obra era muito incerta, para não dizer remota. Burke (2010a) argumenta que apesar de já existir um mercado emergente de bens culturais naquele período e de, a longo prazo, a invenção da imprensa ter levado ao declínio do patronato literário, para o escritor, depender somente da venda “no varejo” de seus trabalhos implicava instabilidade financeira e desprestígio social. Num tempo em que não existia direitos autorais e a indústria do livro, o mercado da cultura funcionava de um modo bastante diverso. Daí a importância de dedicar livros a pessoas abastadas e influentes para se obter vantagens. É o que também aponta também Verbeke (2011, p. 272). Desse modo, para evidenciar as intenções pecuniárias por trás das dedicatórias, o latinista cita oportunamente um conselho de Erasmo de Roterdã a um colega: “se você não conseguir vender o trabalho, ofereça-o a pessoas de alta posição (*high rank*): você ganhará mais do que quando vende-lo de fato”.

As estratégias para obter proteção e ganhos eram diversas. Voltemos ao caso do enxadrista espanhol Ruy Lopes de Segura: tendo dedicado a edição espanhola de seu *A arte do jogo de Xadrez* em 1561 a um fidalgo espanhol, ofereceu uma tradução italiana a um duque veneziano em 1584 (SEGURA, 1584). Costume que não era nem incomum e nem de todo reprovável, como assegura Verbeke (2011, p. 272). Havia, inclusive, quem dedicasse diferentes partes de uma mesma obra a diferentes pessoas. O que mostra a proficiência dos autores renascentistas em manejar as regras não escritas do ato de dedicar (*unwritten rules of dedication*) tendo em vistas seus ganhos.

Essa situação vigorou na Europa por pelo menos mais dois séculos. Um estudo de Robert Darnton (2011) sobre a *intelligentsia* francesa corrobora essa

afirmação. Ele mostra que, na segunda metade do século XVIII, ainda havia muitos autores em busca de patrocinadores que pudessem lhes fornecer meios de pagar as contas, seja através de pensões do Estado seja de empregos na burocracia. Não é por acaso, portanto, que as dedicatórias literárias deixem de se dirigir a protetores após século XVIII, quando o mercado editorial começa a se consolidar e permitir aos autores desfrutarem de maior independência (COSTA, 2008).

Além de cargos e dinheiro, há outro obséquio que um protetor poderia conceder ao seu protegido, especialmente em contextos em que a produção tipográfica era mais fortemente regulada pelo Estado: o privilégio de impressão e comercialização de sua obra. Entretanto, isso só poderia ocorrer se o patrono fosse um monarca¹² ou pessoa de grande poder e influência na corte¹³, como um conselheiro real ou um ministro. Dez das obras cujas dedicatórias analisamos nesse trabalho possuem privilégios. Destas, sabe-se que oito são seguramente oferecidas a patronos que atendem a esses requisitos. Dentre elas estão as de Damião de Góis e André Thevet, só para citar os autores mais conhecidos hoje em dia.

O privilégio real, ou simplesmente privilégio, é um alvará concedido por um soberano que garante a um escritor, ou impressor, exclusividade temporária na impressão e venda de um livro dentro do território onde esse mesmo soberano exerce seu poder. André Corvisier (1976, p. 52) informa, sem especificar onde, que o privilégio real foi criado em 1563. Contudo, dada a diversidade do contexto europeu do *Cinquecento*, penso que a data deve ser tomada mais como indicativa do que definitiva de um momento no qual o emergente mercado literário começava a ganhar algum relevo. Os privilégios constantes nas obras que analisamos concediam direitos por um período que variava de seis a trinta anos. Todavia, encontramos um alvará, em nome de Ruy Lopez de Segura, que lhe garantia direitos sobre a obra de acordo com sua “*mercê e vontade*”, ou seja, perpetuamente.

¹² Além dos monarcas, outros chefes de estados também concediam o privilégio, como o papa ou um estadista republicano. Todavia, a maioria das ocorrências de privilégios por nós examinadas são outorgadas por monarcas.

¹³ Nesses casos, acredito que a obtenção do privilégio se dava de forma indireta, como um apelo do protetor ao regente.

Para ser publicizado, o privilégio deveria ser impresso no início ou fim do livro por ele salvaguardado. Esse “tataravô” dos direitos autorais garantia a uns poucos autores e editores um rendimento seguro proveniente do monopólio da reprodução e venda da obra. Em alguns casos, esse documento estabeleceu ainda as penalidades para quem infringir suas determinações, seja imprimindo e comercializando ilegalmente o livro, seja importando-o de impressores estrangeiros sem prévia autorização do detentor do privilégio. Geralmente, como aparece nos próprios privilégios impressos nos livros, as penas para essas infrações eram o pagamento de multa ao rei, ao autor e ao denunciante do delito além do confisco do material ilegal, isto é livros, moldes e impressoras. Esse material apreendido era entregue ao detentor legal da obra favorecido pelo documento.

Finalmente, há outra vantagem da prática de dedicar livros que convém mencionar. Vincular uma obra ao nome de um patrono poderoso a investia de autoridade e legitimidade nada desprezíveis. Era, inclusive, uma forma de se blindar de críticas ou evitar perseguições por promover ideias consideradas subversivas. Dois exemplos podem ilustrar perfeitamente isso: o tratado de anatomia *De humani corporis fabrica* (1543), de Andreas Vesalius consagrado ao imperador Carlos V e *Das revoluções das esferas celestes, livro VI* (1543), dirigido por Copérnico ao papa Paulo III (VERBEKE, 2011). Era preciso ser cauteloso ao divulgar certas ideias na Europa quinhentista. Não esqueçamos o porquê de Galileu quase ter ido parar na fogueira!

Reforçando o status

Se os imperativos econômicos e sociais, como vimos, impulsionavam escritores a buscar proteção junto aos nobres, o que motivava, do outro lado, esses últimos a estabelecerem esta relação com um letrado? Noutros termos, o que ganhava um fidalgo ao proteger um autor?

Como apontam alguns estudos, manter um literato a seu serviço trazia vantagens de ordens práticas (BURKE, 2003, 2010a; CORVISISER, 1976; SERRÃO, 1971b; SILVA e SILVA, 2009). Afinal, a educação letrada e universitária era bastante inacessível à população em geral, sendo restrita a

própria nobreza, ao clero e, posteriormente, às camadas médias urbanas. O letrado ou intelectual, nesse sentido, pode ser visto como um útil trabalhador especializado. No âmbito privado, estes atuavam como secretários, bibliotecários e professores para seus patronos. Quando o patrono em questão era um governante, os intelectuais rendiam bons servidores estatais. O humanista Damião de Góis serviu como diplomata e alto funcionário da monarquia portuguesa. Maquiavel também foi diplomata a serviço da *Signoria* florentina sob os auspícios dos Médicis. André Thevet foi cosmógrafo do rei Henrique II da França a partir de 1558.

Para além dessas, a concessão de proteção a intelectuais também estava relacionada às necessidades simbólicas e espirituais dos protetores. O estudo de Peter Burke (2010a) sobre o renascimento italiano traz algumas pistas quanto a isso. O autor apresenta três motivos principais para um mecenas patrocinar um artista ou escritor: prazer, piedade ou prestígio. O primeiro é o prazer proporcionado pela obra propriamente dita ou seu uso como item de decoração de ambientes, predominante no caso das artes plásticas. A segunda se refere a motivação religiosa, o uso da arte e das letras como meio de louvar a Deus ou encontrar-se com o divino. Finalmente, o patronato era motivado pelo desejo de reforçar o status social, seja por famílias ricas emergentes que desejam estabelecer seu lugar na sociedade, seja por famílias ricas e aristocráticas já estabelecidas que visam manter seu prestígio.

É nessa última motivação, a manutenção do prestígio, que talvez encontremos a principal finalidade ou função social das dedicatórias do ponto de vista dos patronos: elas são um dispositivo de ratificação da imagem de uma classe e servem para elevar o prestígio dos patronos e reforçar o seu status social. Mas qual é o prestígio e o status que se busca reforçar com as dedicatórias?

Se examinarmos a imagem dos patronos apresentada através dos louvores, talvez possamos responder a esta questão. Vemos que os textos descrevem quase sempre homens de qualidades pessoais excepcionais, cultos, bons, protagonistas de grandes feitos bélicos, descendentes de grandes estirpes, favorecidos por Deus, enfim, de qualidade superior ao homem comum. Essa imagem em muito se aproxima do nobre medieval e o status que as dedicatórias ratificam é semelhante ao da classe dominante do medievo: a aristocracia.

Conforme o medievalista francês Jérôme Baschet (2006), a aristocracia medieval¹⁴ é, nos séculos XII e XIII, o resultado da junção de dois diferentes grupos sociais. O primeiro e mais antigo deles é composto de grandes famílias com origens na nobreza romano-germânica ou nos grandes da época carolíngia. Este grupo é definido pelo prestígio de suas origens reais, principescas, condaís, ducaís ou de um suposto ancestral místico. O outro segmento que compõe esta aristocracia é a cavalaria, ou os *milities*. Eles eram, por volta do ano mil, simples guerreiros sob o comando dos castelões e não formavam um conjunto coerente. Contudo, à medida que recebem terras como recompensa por seus serviços militares, adquirem importância e ascendem socialmente (BASCHET, 2006).

Essa progressiva unificação entre nobreza carolíngia e cavalaria produziu um novo código de valores, a chamada ética cavaleiresca. Dentre os valores desse código estão a proeza e a prodigalidade. O primeiro refere-se à força física à coragem, à habilidade de combate e aos feitos de guerra. O outro é, ao contrário da moral burguesa da acumulação, a capacidade de despender e distribuir. Baschet (2006) salienta que não se deve confundir a prodigalidade aristocrática com a caridade cristã, uma vez que essa necessita de um laço humilde e fraternal. Trata-se, aqui, de afirmar superioridade sobre os subordinados através da distribuição em excesso e ostentação.

Assim, vê-se que a nobreza, em sua forma consolidada se caracteriza por um conjunto de critérios definidos, dentre os quais o sangue e o exercício da atividade guerreira são primordiais, juntamente com a adesão a um código de valores. A palavra nobre adquire seu sentido em oposição a ideia de não-nobre, o homem comum, vulgar. “Ser nobre”, como mostra Baschet (2006, p. 110), “é se distinguir do comum, por um modo de vida, por atitudes e por sinais de ostentação que vão da vestimenta aos modos à mesa, mas sobretudo por um prestígio herdado dos antecedentes”. A nobreza é, portanto, uma “distinção que

¹⁴ Jérôme Baschet (2006: 110) defende que o termo ‘aristocracia’, em vez de ‘nobreza’, é mais adequado para definir o estrato dominante do ocidente medieval. Baschet mostra que a nobreza, “como grupo social [definido e consolidado] e não como qualidade, é apenas a forma tardia e consolidada da aristocracia medieval”. Assim, somente no final da idade média poderíamos empregar essa expressão com esse sentido. Antes desse período, o termo “nobre” é um qualificativo que, segundo o autor, tem origem na palavra latina *nobilis*, isto é, conhecido e posteriormente bem-nascido. De toda forma, na época aqui estudada, o século XVI, esse processo já tinha ocorrido e a nobreza estava consolidada. Lembremos que o dezesseis é vizinho temporal da baixa idade média (séc. XIV-XV). Por isso, usaremos os termos aristocracia e nobreza como sinônimos.

estabelece uma separação entre uma minoria que exibe sua superioridade e a massa de dominados, confinados a uma existência vulgar e sem brilho”.

Linhagem, atividade guerreira, generosidade exacerbada para com os seus e distinção dos homens comuns são os predicados do nobre do medievo. Não são esses mesmos atributos louvados nas dedicatórias aqui estudadas?

Ecos do medievo ou prelúdios da modernidade?

A julgarmos pelo que vimos, reminiscências do medievo eram moeda corrente nas dedicatórias quinhentista. Os elogios tecidos pelos autores aqui em tela podem até ter sido feitos com sinceridade, mas não com originalidade ou exclusividade. Eles são apropriados de uma mentalidade compartilhada pelas pessoas de sua época e sociedade. Exaltar a linhagem, devoção, atuação bélica, tudo isso só faz sentido em sociedades que valorizam positivamente essas coisas.

São, portanto, ecos da Idade Média que estão presentes nas dedicatórias quinhentistas. Eles se manifestam através de valores sociais, ou seja, como critérios simbólicos de valorização e avaliação de todo ato de escolha, de toda ação social cuja função é orientar a ação dos indivíduos (GALLINO, 2005; JHONSON, 1997). Não é o medievo presente em sua concretude – através de instituições, ritos, práticas, costumes, que existiram entre os séculos V e XV –, mas uma idade média em forma de mentalidade, presente mais em espírito do que em corpo.

Nessa perspectiva, Jaques LeGoff (2006, p. 54-55) defende uma concepção dilatada de Idade Média. Para ele somente podemos falar de mudança de períodos quando uma “série de mudanças – que frequentemente não são simultâneas (...) afeta domínios tão diferentes como a economia, os costumes, a política ou as ciências”¹⁵. Seguindo uma tendência da moderna historiografia de substituir a noção de “ruptura brutal” pela ideia de “evolução e transição lenta”,

¹⁵ É comum nos manuais de história identificar o início da modernidade com alguns acontecimentos: a invenção da prensa de tipo móveis de Gutemberg (1450), a capitulação de Constantinopla perante o Império Otomano (1452), a expulsão dos mouros do território espanhol (1492), a chegada de Colombo na América (1492), dentre outros. Evidentemente tais marcos têm finalidade didáticas, mas não dão conta de explicar a transição das eras. Com sua teoria, Le Goff (2006) mostra que homem europeu não acordou moderno na virada de 1492 para 1493, mas permaneceu medieval, vivendo e pensando a partir das categorias dessa época.

Le Goff propõe uma nova periodização para o medievo, inspirada no conceito de *longue durée* de Fernand Braudel. Trata-se de uma “longa idade média (...) nascida de uma antiguidade tardia¹⁶ prolongada até o século X”. Le Goff a divide em três momentos: idade média central (do ano mil à grande peste de 1348), idade média tardia (da guerra dos cem anos (1337–1453) à Reforma, no século XVI) e, finalmente, fazendo alusão a Huizinga, “um longuíssimo ‘outono da idade média’ terminando, no nível das estruturas políticas com a Revolução Francesa, e, no plano das mentalidades, com a Revolução Industrial do século XIX” (AMALVI, 200, p. 548–549).

Não é preciso, contudo, estender tanto assim a idade média. Penso que o valor da tese de Le Goff é enfatizar a dissincronia dos tempos históricos ao revelar como os diferentes domínios daquilo que chamamos sociedade (a cultura, a economia, a política, as artes, a estrutura social...) se transformam em seus próprios ritmos, ainda que existam as conexões entre essas dimensões. Também é preciso lembrar que é o Renascimento, especialmente sua fase tardia, quem cria a ideia de uma ruptura abrupta entre “medievais” e “modernos”, produzindo uma imagem decadente da idade média em oposição a um presente de progresso. Tendência que é repetida pelos iluministas e historiadores do séc. XIX. A historiografia contemporânea vê entre esses dois períodos não só rupturas, mas também continuidades significativas (MOUSNIER, 1967; CORVISIER, 1976).

Isso fica evidente não só na mencionada tese de Jacques Le Goff, mas também no trabalho de outros historiadores que apontam interseções entre esses períodos em diversos níveis como a cultura popular, a religiosidade, as artes, a política e a literatura (BURKE, 2010a, 2010b; DANRTON, 2011; GINZBURG, 2006). Afinal, periodizações são também produtos culturais e históricos. Por isso, apesar de ter enfatizado a medievalidade das dedicatórias, não podemos perder de vista sua localização cronológica. Desse modo, reitero que as fontes examinadas são oriundas do século XVI e por isso pagam o tributo por pertencer a esse século.

¹⁶ O conceito de Antiguidade Tardia foi proposto por Henri Irenée Marrou, também dentro dessa nova tendência da historiografia novecentista.

Não podemos ignorar, por exemplo, a força do Renascimento nesse contexto histórico. Esse movimento cultural marca uma transformação no modo de pensar europeu, ao menos no pensamento de vanguarda da Europa (intelectuais, artistas, membros das elites), que abrangeu os campos das artes, da ciência, da filosofia e da literatura. Sua principal característica é um “retorno” à Antiguidade, considerada pelos renascentistas como o apogeu da humanidade.

A questão sobre a origem desse movimento artístico e cultural não é consenso entre os historiadores. Alguns sugerem, como faz Michelet, que o início da Renascença se deu na França de Francisco I no século XVII. Outros advogam que seu berço foi a Itália do século XIII, como defende Buckhardt. Entretanto, há um certo consenso de que ele se espalhou por quase toda a Europa até o séc. XVI. É, também, nesse período que surge, nas consciências de seus protagonistas, a ideia de estar em uma outra época nova, oposto ao passado medieval. O italiano Giorgio Vasari (1511-1574) é, frequentemente, apontado como o primeiro a empregar o termo renascimento (*resorgimento*) com esse sentido (BURKLE, 2010a, MOUSNIER, 1967; SILVA & SILVA, 2009).

A Renascença reverberou nos círculos letrados europeus e, portanto, nas dedicatórias quinhentistas. Através delas, por exemplo, podemos perceber que um dos mananciais culturais dos autores aqui em tela é a Antiguidade. Nessas cartas se proliferam as referências a autores gregos e latinos bem como a histórias e personagens do paganismo antigo. Essa tendência não é uma exclusividade das penas de humanistas, historiadores e grandes figuras do Renascimento, como somos tentados a pensar, mas são veiculadas também em textos de religiosos, cronistas e demais escritores. Ao que parece, era uma tendência geral ou, digamos, uma moda intelectual.

Outra fonte de que bebiam esses intelectuais é a cultura cristã. Todavia, não devemos pensar que isso seja uma contradição aos ideais do Renascimento. André Corvisier (1976, p. 50–51) afirma, a propósito do humanismo, outro importante traço renascentista, que “contrariamente ao que pensaram J. Buckhardt e Michelet, ele não se opõe ao cristianismo. Para o humanista, no fundo da alma humana há Deus”. Para corroborar essa afirmação, Corvisier cita, ainda, uma passagem de Erasmo: “São Sócrates, orai por nós!”. Assim, vemos

que as culturas pagãs e cristãs não são, para os renascentistas, opostas, mas complementares¹⁷.

Além desse, outros traços do século XVI aparece ao longo das dedicatórias. Por exemplo, as grandes navegações transoceânicas que se multiplicam nesse período. Após longo período fechada em si, a Europa “descobre” o mundo e, entre os europeus, vê-se aumentar o interesse pelo mundo desconhecido. Isso se evidencia no número de textos relacionados a esse assunto que há entre as obras aqui estudadas. De um total de trinta e dois livros, nove tratam desse tópico. Também as reformas religiosas também fazem parte do mundo desses escritores. É possível vê-las nas dedicatórias do calvinista Jean de Léry e do católico André Thevet, que escondem por trás de suas menções ao novo mundo apologias de suas respectivas crenças e ataques aos partidos teológicos contrários.

Finalmente, é preciso ressaltar o óbvio: as dedicatórias eram veiculadas em livros impressos. Tida como um dos marcos do início da história moderna, a invenção da prensa de tipos móveis de Gutemberg (1450) operou uma verdadeira revolução na difusão do conhecimento¹⁸ (CORVISIER, 1976). No bojo desse acontecimento, surge um novo espaço de sociabilidade que nossos letrados sem dúvida conheciam muito bem: a tipografia. Também emerge uma nova figura na República das letras: o impressor. Como informa Corvisier, esse novo profissional convivia de perto com os intelectuais e, muitas vezes, era ele mesmo um deles.

Levando tudo isso em consideração, melhor seria dizer que as dedicatórias são culturalmente híbridas quanto sua procedência. Se, por um lado, possui raízes enterradas na Idade Média no que se refere as relações e valores que lhe constituem; por outro, participa das tendências culturais do século XVI.

¹⁷ Essa influência das culturas cristã e pagã na república das letras do dezesseis merece, por si só, um estudo mais exaustivo.

¹⁸ Corvisier salienta também o desenvolvimento da indústria do papel (CORVISIER, 1976: 51–52)

Um documento privilegiado para a história social das ideias e dos intelectuais no *Cinquecento*

O estudo das dedicatórias quinhentistas que efetuamos nos levou a algumas conclusões. A primeira delas é o próprio estabelecimento dos traços típicos desse gênero textual. A dedicatória quinhentista se caracteriza pelo formato epistolar com elementos bastante definidos, como o tom apologético em relação ao destinatário, a modéstia e o comedimento em relação ao seu autor e a ênfase na assimetria social entre as partes.

Em seguida, partindo para uma análise social e cultural das dedicatórias, vimos que elas se inserem em um tipo de instituição social comum no século XVI: o patronato literário. Marcada por uma clara distinção hierárquica entre as partes envolvidas, o núcleo dessa instituição é uma relação de troca de bens simbólicos por bens materiais. Através delas, elogios e louvores são oferecidos pelos escritores aos seus patronos. Por sua vez, estes últimos retribuem protegendo os primeiros política e economicamente. Da parte dos patronos, vimos que as dedicatórias visavam confirmar ou aumentar seu próprio prestígio na sociedade. O elogio exacerbado funciona, nesse contexto, como um dispositivo reforçador do status dos protetores e de sua classe. Da parte dos intelectuais, as dedicatórias configuravam uma estratégia de ascensão econômica e social.

Finalmente, constatamos que os predicados louvados nos mecenas pelos autores são atributos característicos da nobreza medieval. Os elogios que circulavam nas dedicatórias quinhentista são calcados em valores oriundos do medievo: linhagem, piedade, engenho e feitos bélicos. Por outro lado, viu-se que as dedicatórias também comungam das tendências culturais do século XVI: o “retorno” à Antiguidade, o interesse pelo Novo mundo, as reformas religiosas... tudo isso se faz presentes nas dedicatórias e por isso, mais que um eco medieval, ressaltamos nas dedicatórias quinhentista seu hibridismo cultural e histórico.

Acima de tudo, espero ter convencido o leitor das potencialidades e do valor heurístico das dedicatórias quinhentistas enquanto uma fonte fecunda para a história social e cultural das ideias e dos intelectuais no século XVI. Essa é, acredito, a principal contribuição deste trabalho.

Referências bibliográficas

- AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMIT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol I. Bauru: Edusc. 2006. p. 537-551.
- ASSIS, Machado de. Páginas Recolhidas. **Correspondência**. Belo Horizonte: Garnier, 2006.
- AUGÉ, Claude. **Nouveau petit Larousse illustré**. Paris: Librairie Larousse, 1928.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. São Paulo: Globo, 2006.
- BOSSUYT, Ignace; GABRIËLS, Nele; SACRÉ, Dirk; VERBEKE, & Demmy. **"Cui dono lepidum novum libellum?"** Dedicating latin works and motets in the sixteenth century. Leuven University Press, 2008.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BURKE, Peter. O Renascimento Italiano. **Cultura e sociedade na Itália**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010a.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 2010b.
- COROMINES, Joan. **Breve dicionário etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Editorial Gredos, 2011.
- CORVISIER, André. **História moderna**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- COSTA, Sérgio Ribeiro. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal, 2011.
- FARIA, Ernesto. **Dicionário latino-português**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 2003.
- GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Cia das Letras, 2006.

GUERREAU-JALABERT, Anita. Parentesco. Em: LE GOFF, Jacques; SCHMIT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Bauru: Edusc. 2006. p. 321-336.

JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da idade média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENDES, Paula Almeida. Dedicatórias e dedicatários de «vidas» devotas e de santos em Portugal (séculos XVI-XVIII): entre a proteção e a devoção. **Via Spiritus**, 19, 2012, p.5-57.

MOUSNIER, Roland. **História Geral das Civilizações**. Tomo IV: os séculos XVI e XVII. Vol. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SILVA, Amós Coelho; MONTAGNER, Aírto Ceolin. **Dicionário latino-português**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SARAIVA, F.R. **Novíssimo dicionário latino-português**. 12 ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 2006.

SERRÃO, Joel (org.). **Dicionário da história de Portugal**. Vol. I/A–D. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971a.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da história de Portugal**. Vol. II/E–MA. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971b.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHUTTE, Valerie. **Mary I and the art of book dedications: royal women, power, and persuasion**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

VERBEKE, Demmy. The dedicatory epistle in an historical perspective: a brief overview. **Gulden Passer**, 89(2), 2011, p. 269-274.

Fontes históricas

ALCIATI, Andrea. **Diverse imprese accommodate a diverse moralita, con versi che i loro significati dichiarano**. *Tratte da gli Emblemi*. Lyon: Maseo Buonhomo, 1549.

BARROS, João de. **Asia de Joam de Barros (vol. 1): dos factos que os portugueses fizeram no descobrimento [et] conquista dos mares [et] terras do Oriente**. Lisboa: Germao Galhard. 2 v, 37cm (fol.), 1553.

BARROS, João de. **Grammatica da língua potuguesa com os mandamentos da santa madre igreja**. Lisboa: Luis Rodriguez (...), 1539.

BENZONI, Girolamo. **La historia del mondo nuovo di M. Girolamo Benzoni milanese**. Veneza: Appresso Francesco Rampazetto, 1565.

BRUNO, Giordano. **O banquete da quarta-feira de cinzas**. Trad. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2009 [1583].

CACCIA, Francesco. **Oratione di Francesco Caccia, (...) fatta nella morte della (...) Infante Donna Caterina D'Austria**. Milão: Pandolfo Malatesta, 1598.

COLLENUCCIO, Pandolfo (1584). **Historia del reyno de Napoles**. Trad. Juan Vásquez del Marmol. Sevilha: Fernando Diaz, 1598.

CORTES, Martin. **Breue compendio de la sphaera y de la arte de nauegar: con nueunos instrumentos y reglas, exemplificado con muy subtiles demonstraciones**. Sevilha: en casa de Anton Alvarez, 1551.

D'ANANIA, Giovanni Lorenzo. **La vniversal fabrica del mondo**. Nápoles: Apresso Gioseppe Cacchy dell Aquila, 1573.

DICTIS DE CRETA. **Ditte Candiotto et Darete Frigio della guerra troiana**. Veneza: apresso Gabriel Giolito di Ferrari, 1570.

ESCALANTE, Bernardino de. **Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen a los Reinos y Provincias del Oriente: y de la noticia q se tiene de las grandezas del Reino dela China**. Sevilha: En casa de Alonso Escrivano, 1577.

EUCLIDES. **La perspectiva y especularia de Euclides**. Trad. Pedro Ambrósio Onderiz. En Madrid [Espanha]:En casa de la vinda de Alonso Gomez, 1585.

FERNANDES, Manuel. **Sermão pregado na Sé de Lamego**. Braga: Typ. Antonio de Maris, 1569, 110 p.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da província Sa[n]cta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Lisboa: na officina de Antonio Gonsalvez, 1576.

GÓIS, Damião de. **Chronica do principe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos... / composta de nouo per Damiam de Goes (...)**. Lisboa: em casa de Francisco C., 1567.

GÓIS, Damião de. **Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes (...)**. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1567.

LA POPELINIÈRE, Henri Lancelot-Voisin de. **Les trois mondes**. Paris: L'Oliuier de Pierre L'Huillier (...), 1582.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Orthographia da lingoa portuguesa: obra util, & necessaria, assi pera bem screver a lingoa hespanhol, como a latina, & quaesquer outras, que da latina teem origem**. Em Lisboa [Portugal]: Per João de Barreira, 1576.

LAVANHA, Joao Baptista. **Naufragio da Nao Santo Alberto: e itinerario da gente, que delle se salvou**. Em Lisboa: Caza de Alexandre de Siqueyra, 1576.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007 [1578].

LLULL, Ramon. **Arte general para todas las sciencias, en dos instrumentos: recopilada del Arte magna, y arbor scientiae**. Madrid: Por Pedro Madrigal, 1586.

LOPEZ DE SIGURA, Ruy. **Libro de la invencion liberal y arte del juego de Axedrez**. Alcala: Casa Andres de Angulo, 1586.

LOPEZ DE SIGURA, Ruy. **Il givoco de gli scacchi**. In Venetia: Presso Cornelio Arrivalene, 1584.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre as primeiras décadas de Tito Lívio**. 3 ed. Brasília: Ed. UNB, 1994 [1531].

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1532].

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Golden Books, 2008 [1532].

MARCONVILLE, Jean de. **De la bonte et mauvaistie des femmes**. Paris: Jean Dallier libraire, 1566.

MIRANDA, Francisco de Sá de. **Comedia, intitulada, os Estrangeiros, ao Infante Cardeal Dom Arinque**. Coimbra: Casa de Antonio de Maris, 1561.

QUEVEDO, Vasco Mouzinho de. **Discurso sobre a vida, e morte, de Santa Isabel Rainha de Portugal, [et] outras várias rimas**. Lisboa: Manoel de Lyra, 1597.

THÉVET, André. **La cosmographie universelle d'Andre Thevet cosmographe du roy**. Paris: Chez Pierre L'Huillier: Chez Guillaume Chardiere, 1575. 2 tomos.

THÉVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que os outros chamam América**. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944 [1557].

ZENO, Niccolò. **Dei commentarii del viaggio in Persia di M. Caterino Zeno (...)**. Veneza: Francesco Marcolini. VERBEKE, Demmy (2011). The dedicatory epistle in an historical perspective: a brief overview. **Gulden Passer**, 89(2), 1558. p. 269-274.